4. As políticas municipais para o auxiliar de educação infantil: os discursos das secretarias

“Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica” (Bakhtin, 1988, p.137).

As análises apresentadas neste capítulo estão organizadas pelas categorias que orientaram a investigação nos instrumentos metodológicos – dados dos questionários e das entrevistas e textos dos documentos das políticas municipais (planos de carreira e editais de concurso público para o cargo de auxiliar). O capítulo está organizado em três itens. O item um, “Ausência/Presença de Auxiliar”, serão analisadas as principais características sobre o local onde atua o profissional investigado. No segundo item, “Por Trás do Nome”, são apresentadas as análises com relação aos nomes dados pelos municípios para o cargo. O item três, “Ser Professor/Ser Auxiliar”, tenta apreender concepções ao cargo de auxiliar, com relação à formação, atribuições, salário, carga horária e vínculo.

Os nomes dos sujeitos participantes da pesquisa foram ocultados, apesar de terem consentido com a identificação. Contudo, essa opção foi tomada para preservar a identidade dos envolvidos em forma de respeito e gratidão pela colaboração das informações e, para explicitar os dados estatísticos. Foi também opção não citar o nome do município nos depoimentos recortados das entrevistas, porque uma realidade relatada em um município também pode ser encontrada em outro.

4.1. Ausência/ presença de auxiliar

De acordo com o relatório da pesquisa institucional (NUNES, CORSINO E KRAMER, 2011b), dos municípios que responderam o questionário, cinquenta (84,5%) declaram possuir auxiliar, e nove (15,5%) afirmaram não ter esse profissional. Aqueles que afirmam não possuir são: Areal, Carapebus, Carmo, Cantagalo, Nilópolis, Queimados, Rio das Ostras, São José de Ubá e Vassouras.

Ao investigar os motivos dessa ausência, encontramos que a maioria dos

municípios que afirmou não possuir o auxiliar na Educação Infantil também não tinha o atendimento educacional às crianças de zero a três anos (Carapebus, Cantagalo, Nilópolis, Queimados) ou apenas possuía uma creche (Areal, Carmo, São José de Ubá), exceto Vassouras, que tinha quatro creches, e Rio das Ostras possuía três creches, em 2009. Essa possibilidade de resposta que relaciona o auxiliar somente à creche, levanta questões a serem investigadas em um futuro estudo.

A tendência de associar a presença do auxiliar mais à creche do que a pré-escola confirma-se também nos números sobre o estabelecimento de atuação do profissional, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 4: Número de estabelecimentos, de turmas, de alunos, de docentes e de Auxiliares de Educação Infantil nos municípios participantes da pesquisa, segundo a modalidade de ensino – 2009

Instituições		Quantidade (Nº)				Auxiliares na EI
		Estabelecimentos	Turmas de EI	Crianças na EI	Docentes na EI	
De Educação Infantil	Só Creche	425	2.225	44.516	1.155	1.177
	Só Pré-Escola	141	1.194	24.373	1.206	94
	Creche e Pré-Escola	422	2.324	44.448	2.256	1.021
De Ensino Fundamental que têm Educação Infantil		1.634	5.031	104.632	2.415	190
TOTAL		2.622	10.774	217.969	7.032	2.482

Fonte: Pesquisa Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: Concepções e Ações, PUC-Rio, 2009.

Quanto ao número de auxiliares na Educação Infantil, os municípios informaram que, em 2009, 1.177 trabalhavam somente em creche. Este dado pode expressar uma preocupação quanto à participação dos auxiliares no atendimento educacional as crianças de zero a três anos, pois se, por um lado, pode significar uma contribuição para a expansão da oferta de creche, por outro, pode estar mostrando maior contratação de auxiliares em detrimento de professores.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que não declaram possuir o auxiliar, dois municípios expressam, no questionário, o desejo da contratação do profissional:

“Observamos que atualmente não possuímos no quadro do magistério o cargo de auxiliar de creche e reconhecemos a grande necessidade desse funcionário. Está

previsto, para o concurso de professores, vagas para Auxiliar de creche.” (coordenador Pedagógico de Educação Infantil/ SME, município 21. Questionário).

“A Educação Infantil do município dispõe de professores capacitados, a maioria possui curso Normal superior com especialização em Educação Infantil; O município não possui setor específico responsável por esta modalidade, nem equipe pedagógica exclusiva para a Educação Infantil. [Há] Necessidade de auxiliares para a Educação Infantil” (Coordenação de Educação Infantil/ SME, município 35. Questionário).

O auxiliar associado à creche, no entanto, agora visto como uma necessidade, apesar de não haver, nos depoimentos, especificações sobre a necessidade desse funcionário. Contrariamente aos demais que declararam não possuir o auxiliar, o município 17 justifica a ausência do profissional com a afirmação que trabalham com dois professores em sala de aula:

“Educação Infantil do Município encontra-se em processo de expansão. A rede trabalha com dois professores na faixa etária de 0 a 3 anos, sendo um diferencial no entorno geográfico, que em sua maioria trabalha com auxiliar de professor” (Coordenadora Pedagógico/ SME. Município 17. Questionário)

Esse município possuía, em 2009, três creches, uma pré-escola e dezessete turmas de Educação Infantil em escola de Ensino Fundamental. Ao todo eram 264 (duzentos e sessenta e quatro) crianças e 74 (setenta e quatro) docentes, isto é, aproximadamente quatro crianças por adulto. Nesta cidade, as creches eram atendidas pela Secretaria de Bem Estar Social.

O conveniamento de creches mantidas por outras secretarias também acontece em dois dos municípios pesquisados, a saber: Itaperuna, com seis creches atendidas pela secretaria de ação social; e em Teresópolis, onde seis creches recebiam apoio da secretaria de saúde em 2009. Tal situação evidencia que as conquistas legais não se pautaram na integração dos órgãos que eram responsáveis pela Educação Infantil apesar do princípio da Constituinte em determinar, esse atendimento com características educacionais, sob a coordenação da educação (Nunes e Corsino, 2011). A existência de outras secretarias com convênio com as creches comprova que os municípios ainda convivem com os desafios de mudar a concepção do atendimento à criança de zero a seis anos e de superação a herança do assistencialismo.

Sobre a ausência/presença de auxiliar na creche ou na pré-escola, podemos “ouvir o silêncio”, como propõe Kramer (2002) e refletir sobre o que não foi dito.

Assim, a ausência e a presença desse profissional pode indicar significados, mas para compreendê-los precisamos entender o contexto, as concepções de Educação Infantil que ora aparecem, nas entrevistas, de forma complementar, ora de forma contraditória, em diversos ou em um mesmo depoimento.

Nos relatos dos entrevistados, o processo de afirmação da identidade da Educação Infantil convive com concepções conflitantes, opostas e também complementares. Nas entrevistas realizadas com as secretarias municipais podemos identificar quatro referências à Educação Infantil: (i) Educação Infantil como base, (ii) Educação Infantil como preparatória, (iii) Educação Infantil “boa nela própria” e (iv) Educação Infantil vista separada de creche (CHAMARELLI, LANNES, RICCI, ZLOT, 2011).

A primeira forma de se referir a Educação Infantil identificada em algumas falas dos entrevistados aparece na tendência em considerar a Educação Infantil como “base, bebê, sementinha”:

“A menina dos olhos? As creches. Temos a intenção de deixar as crianças de 0 a 3 nas creches e passar as crianças de 4 a 5 para as escolas regulares. Vimos a creche de alto nível como uma escola de ensino particular.” (Coordenadora Pedagógica de Educação Infantil/ SME, município 31, Entrevista)

“[A Educação Infantil] É nosso amor, xodó, menina dos nossos olhos.” (Coordenadora de Creche Municipal, município 25. Entrevista)

“[A Educação Infantil] É a sementinha. É a nossa sementinha.” (Professora I de escola municipal, município 40. Entrevista)

Essas referências parecem estar relacionadas ora ao fato de ser, em termos legais, a primeira etapa da Educação Básica, e ora a sustentação para a educação em geral.

Outros depoimentos vêem a Educação Infantil institucionalizada como preparatória para a vida e para a escolarização futura, marcando outra concepção de Educação Infantil:

“A Educação Infantil é o caminho de preparação para toda a vida” (Subsecretária de Educação, município 41. Entrevista).

“O aluno vai ter que alcançar aquilo no pré 2, mas aquilo é um trabalho contínuo, começa na creche, eu tenho atividades, eu tenho conteúdos para creche, eu tenho conteúdos para o pré 1, pra ele alcançar aquele objetivo no pré 2” (Chefe de Serviço de Educação Infantil, município 02. Entrevista).

Nesses casos, observa-se uma visão da Educação Infantil como sustentação de processos de formação humana, seja para a escola ou para formar cidadãos. Isto é, se por um lado percebe-se, nos depoimentos, a importância da Educação Infantil na perspectiva da criança entendida como alguém que deveria ser preparada para as etapas seguintes da escolarização, por outro, os responsáveis pela Educação Infantil dos municípios entrevistados relatam a importância da primeira etapa da Educação Básica para a vida, como se fosse o caminho de preparação para toda vida e que a partir delas será construído um mundo melhor, uma sociedade diferente. Ser a primeira etapa não necessariamente faz dela preparatória, mas sim uma etapa que como tal, tem suas características e suas peculiaridades e apresenta elos com as demais etapas subsequentes a elas.

Nas entrevistas, foi constatado também um depoimento que considera a Educação Infantil *“boa nela própria”*, com a exclusiva preocupação com o desenvolvimento psicológico, social e educativo da criança nas creches, pré-escolas e escolas sem expectativas futuras que formatam as rotinas de trabalho do professor para alcançar um resultado compatível com os objetivos esperados na próxima etapa da escolarização, marca outra referência a primeira etapa da Educação Básica.

Foram encontradas também, referências à Educação Infantil separada da creche, como se a creche não tivesse incluída na Educação Infantil. Com os avanços legais a Educação Infantil muda o seu papel na sociedade, mas a cisão entre pré-escola e creche ficou marcada nas duas etapas da Educação Infantil, como podemos perceber nos relatos abaixo:

“Eu estou falando de Creche e Educação Infantil também” (convidada da prefeitura¹, município 40. Entrevista).

“Creches ou Educação Infantil?” (Coordenadora de Educação Infantil, município 44. Entrevista).

Historicamente a creche surge como um espaço de acomodação de crianças enquanto pais e responsáveis estavam trabalhando. Portanto, era um espaço necessário, muito mais do que almejado. Essa concepção de Educação Infantil,

¹ A entrevistada se denomina convidada da prefeitura para trazer um pouco da experiência da escola particular para as creches e as escolas do município.

principalmente em relação à creche, foi expressa em vários relatos.

“Um dos maiores problemas com relação à creche é que as pessoas não conseguem perceber o cunho educacional da creche, seria mesmo assistencialismo: ‘Eu vou colocar o meu filho ali porque tenho que sair para trabalhar e preciso de alguém para cuidar’” (Coordenadora de Educação Infantil/ SEMEC, município 48. Entrevista).

“A maioria dos pais via a creche como um depósito. Eu ouvi isso em algum fórum, em algum seminário que eu fui. Esse termo ficou muito marcado para mim, depósito de crianças” (Implementadora Pedagógica da Educação Infantil, município 28. Entrevista).

Muito embora a definição de creche como depósito não predomine mais no campo da política pública, há ainda vestígios dela em alguns municípios investigados, como evidencia o depoimento a seguir:

“(...) descobrimos que existem mais mulheres trabalhando do que homens. E essa mulher que trabalha, essa mãe que trabalha, precisa de um abrigo para os seus filhos” (Gerente de Ensino, município 26. Entrevista).

Quando se prioriza uma Educação Infantil em razão de mães estarem trabalhando, dando preferência a essas na ordem da matrícula, ratificando a idéia desse espaço como um espaço onde a criança fica enquanto a mãe está no trabalho, o ideal democrático da educação, e também da Educação Infantil, fica desestruturado. A creche, nesse caso, é vista como necessidade da mulher que trabalha e não como direito da criança.

Essas quatro referências à Educação Infantil para as crianças e suas famílias e para os profissionais que trabalham nas instituições educacionais de zero a seis anos, podem evidenciar uma indefinição ainda maior, não apenas relativa ao que é creche e ao que é pré-escola, mas extensiva ao que deve ser o auxiliar.

Sem pretender uma definição acabada do perfil desse profissional, pode-se afirmar até o momento que o auxiliar é um profissional que trabalha diretamente com as crianças e que pode ser encontrado na Educação Infantil, predominantemente na creche.

4.2. Por trás do nome

Fazendo um levantamento dos nomes para os cargos de auxiliar nos questionários respondidos para a pesquisa institucional, encontramos os seguintes nomes: Agente Auxiliar de Creche, Agente de Apoio, Agente de Creche, Agente Educador Infantil, Agente Educativo de Creche, Agente Educativo, Ajudante de Turma, Apoio, Auxiliar de Berçário, Auxiliar de Classe, Pessoal de Apoio, Auxiliar de Creche, Auxiliar de Educação, Auxiliar de Ensino, Auxiliar de Recreação, Auxiliar de Serviço de Creche, Auxiliar de Serviços Escolares, Auxiliar de Turma, Auxiliar, Berçarista, Educador de Creche, Estagiários, Estimulador Materno Infantil, Estimulador Materno, Monitor de Creche, Monitora, Recreacionista e Recreadora.

Diante dessa variedade de referências a esse profissional, indago: o que significa ser Estimulador Materno, Auxiliar, Agente Educativo, Educador de Creche e Berçarista? O que está por trás dos nomes?

Apesar de não me responder diretamente a essas perguntas, Mikhail Bakhtin ajuda a compreender em seus textos, que as ciências humanas, o homem e a vida são marcados pelo princípio dialógico. De acordo com o autor, para o locutor, o que conta, na realidade da língua, não é sua forma fixa, imutável, pois o que permite utilizá-la é justamente seu caráter flexível. Somente quando as formas fixas da língua são atualizadas no contexto das enunciações concretas, elas passam a ter existência para os falantes. Dessa forma, “não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis” (BAKHTIN, 1988, p.95).

A palavra, para Bakhtin, sempre se dirige a um interlocutor, ao mesmo tempo que procede de alguém. Ela faz parte do processo de fala, compreendida como processo de linguagem tanto exterior e interior. Esse processo é determinado pela situação do enunciado e por seu auditório social, que fazem o discurso interior tornar-se discurso exterior, que se amplia pelas respostas dos outros participantes da situação enunciativa. Nessa visão, os discursos são pronunciados em contextos históricos e sociais que permitem a produção de sentidos. Mas “só na corrente da comunicação é que é possível que se construa sentidos” (BAKHTIN, 1992, p.36).

Na conjuntura histórica da Educação Infantil, a indefinição do perfil das pessoas que trabalhavam nessa etapa da Educação Básica, e principalmente nas creches, não era preocupação para as políticas públicas (LANTER, 1999). Historicamente, as pessoas que trabalhavam na Educação Infantil eram mulheres designadas de pajens, atendentes, amas, criadeiras, recreadoras, crecheiras, monitoras, profissionais de Educação Infantil, trabalhadoras que lidam diretamente com a criança, auxiliar de desenvolvimento infantil e auxiliar de sala (ROSEMBERG E CAMPOS, 1984; ROSEMBERG, 1994; CERISARA, 1996). Com isso, pode-se dizer que esse profissional leigo que trabalha atualmente com a criança pequena nas creches e pré-escolas brasileiras pode ser um velho conhecido, legado da docência da Educação Infantil que se construiu tendo como referência uma concepção de educação de caráter assistencial ou sanitária, e não educacional.

O nome, no diálogo vivo do cotidiano, segundo Bakhtin, não aparece como componente do dicionário, mas como parte das enunciações dos locutores. Para o autor, “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (BAKHTIN, 1988, p.99).

Diante dessas considerações, cabe analisar os nomes dados ao cargo de Auxiliar de Educação Infantil pelos municípios considerando que as dimensões ideológica e histórica do nome aparecem a cada momento do seu uso e que confrontadas permanecem tensas na língua.

Na variedade de nomes, apresentados anteriormente, alguns aparecem no gênero feminino (Monitora, Recreadora, Berçarista, Recreacionista), podendo ser indícios da herança do passado da Educação Infantil, no qual os profissionais que trabalhavam na educação das crianças pequenas eram mulheres sem formação específica. Faz-se necessário lembrar que o forte pensamento e a ênfase na característica da mulher como pessoa fundamental para a tarefa de educar teve repercussões no modo de construção da identidade da docência de crianças pequenas:

“O ideal feminino de obediência, afetividade, dedicação, doação, esteve associado às qualidades necessárias à educadora de crianças pequenas, referendando um discurso relativamente às competências profissionais no qual as qualidades pessoais se sobrepunham às competências profissionais” (MICARELLO, 2006, p.37).

Os nomes Estimulador Materno Infantil e Estimulador Materno, apesar de não

estarem no feminino, também nos remete à visão da Educação Infantil fruto do pensamento assistencialista em que os profissionais aparecem como referência à maternagem. A palavra “estimulador” traz a lembrança do behaviorismo e das teorias comportamentalistas na educação, no qual aprendizagem é basicamente uma mudança de comportamento que é ensinado através de reforços imediatos e contínuos à resposta a um estímulo emitida pelo sujeito. Os objetivos educacionais buscam resultados definidos antecipadamente, para que seja possível, diante de uma criança ou adolescente, projetar a modelagem de um adulto (FERRARI, 2011)².

A nomeação dos cargos de Recreacionista e Recreadora, além de estar no feminino, são derivados da palavra “recreação”. Scramingon (2011) indica que, na sua infância, o Recreador era funcionário designado pela escola para cuidar dos alunos durante o recreio. Mediava as relações de conflito e determinava os usos do espaço e dos materiais. Já para mim, o Recreador traz a lembrança do profissional que anima as festas.

Na minha infância, o nome Ajudante de Turma estava direcionado ao estudante e não ao profissional. Quando estudei na Classe de Alfabetização na cidade do Rio de Janeiro, aos seis anos de idade, diariamente era escolhido um aluno, geralmente o aniversariante ou o eleito pelo professor, para ajudar nas tarefas de sala, como a distribuição dos cadernos e livros após a correção. Esse escolhido era denominado como o Ajudante de Turma.

Além desses, há nomes com grande quantidade com referência à palavra “agente”: Agente Educativo de Creche, Agente de Apoio, Agente de Creche, Agente Educador Infantil, Agente Auxiliar de Creche e Agente Educativo. A palavra “agente” pode ser usada como adjetivo ou substantivo, significando, segundo o dicionário Aurélio on-line³, “que ou quem atua, opera, faz”.

Também há muitos nomes com a palavra “auxiliar”: Auxiliar de Creche, Auxiliar de Educação, Auxiliar de Ensino, Auxiliar de Recreação, Auxiliar de Serviço de Creche, Auxiliar de Serviços Escolares, Auxiliar de Turma, Auxiliar.

² Reportagem da revista Educar para Crescer, da editora Abril, sobre Skinner, escrita por Márcio Ferrari, em 01/07/2011. Disponível no site: <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/bf-skinner-307060.shtml>

³ A versão online do dicionário Aurélio encontra-se na seguinte home page: <http://74.86.137.64-static.reverse.softlayer.com/>

Aparentemente a palavra pode ser um adjetivo ora também usada como um substantivo ou verbo, entretanto em alguns casos significa segundo o dicionário Aurélio on-line “aquele que socorre”. Quando usado após o substantivo significa “ajudante” ou “o que está hierarquicamente abaixo do outro”.

Percebe-se em alguns nomes o acompanhamento do advérbio de lugar, alguns que anunciam o lugar físico de atuação e outros o lugar simbólico da Educação Infantil: Auxiliar de Berçário, Auxiliar de Recreação, Auxiliar de Serviços de Creche, Auxiliar de Creche, Auxiliar de Turma, Auxiliar de Classe, Auxiliar de Serviços Escolares, Agente Educativo de Creche, Auxiliar de Ensino, Agente de Apoio, Monitor de Creche, Auxiliar de Educação, Agente de Creche, Ajudante de Turma, Educador de Creche.

Apesar do nome Berçarista não ser acompanhado do advérbio de lugar, também determina o local de atuação do profissional: o berçário.

Os nomes Apoio, Estagiários, Monitor, Agente, Auxiliar, Ajudante de Turma e Educador de Creche explicitam a subalternidade, marcando o lugar de inferioridade, dependência e de subordinação desses profissionais aos professores regentes ou a outros trabalhadores das instituições de Educação Infantil que trabalham.

São inúmeros os significados expressados pelos nomes encontrados, mas o importante a destacar é que a constatação dessas marcas nos nomes do cargo do auxiliar pode ter conseqüências contraditórias, tanto positivas quanto negativas, sobre a organização do trabalho docente e a identidade profissional desses trabalhadores.

As variadas formas de referência ao auxiliar oculta a verdade e retira desses a opção de lutar por direitos. As formas de chamar não são apenas um nome, mas o resultado de um modo específico de ver a Educação Infantil e o profissional no município.

Devido a inúmeras denominações para o profissional de apoio ao trabalho docente optei por chamar esse profissional de Auxiliar de Educação Infantil na dissertação.

4.3. Ser professor/ ser auxiliar

Refletir sobre o lugar de atuação e os nomes do Auxiliar de Educação Infantil

leva a compreender que a noção da identidade é influenciada pelas decisões individuais, isto é, que não existe uma identidade estabelecida, mas marcas identitárias que são construídas e incompletas (BAUMAN, 2005). No caso da Educação Infantil, foram conquistas políticas e sociais que deram visibilidade legal ao atendimento à criança pequena e ao profissional que trabalha diretamente com ela. Assim,

“Ele (o professor de Educação Infantil) passou a ter direito a um plano de carreira e a todas as conquistas da categoria, como a inclusão na lei n. 11.738/2008, que institui o piso salarial nacional para os professores da educação básica pública” (NUNES E CORSINO, 2011, p.345).

Mas podemos considerar atualmente o auxiliar como professor? Há diferenciação entre ser auxiliar e ser professor? Diante desses questionamentos, veremos a seguir detalhes de algumas tendências das políticas dos municípios investigados no que se refere aos planos de carreiras, à formação, às atribuições, ao vínculo, ao salário e à carga horária de trabalho, sem qualquer conclusão apressada que possa atrapalhar ainda mais a compreensão da política para o Auxiliar de Educação Infantil.

4.3.1. Plano de carreira

No questionário enviado a todas secretarias municipais do Estado do Rio de Janeiro pela pesquisa institucional, foi solicitado, especificamente no quesito 47 do questionário, o anexo da cópia do plano de carreira do magistério. Esse mesmo quesito solicita a descrição como os demais profissionais da Educação Infantil estão enquadrados no plano.

As análises das respostas apontam que, em 2009, quarenta e três dos respondentes (72,9%) afirmavam ter plano de carreira e outros dezesseis (23,7%) indicaram estar com os planos em processo de elaboração e/ou regulamentação. Ao contrário de 1999⁴, que dos municípios que responderam ao questionário, vinte e sete (50%) afirmaram ter plano de carreira. Provavelmente este significativo aumento,

⁴ Aqui me refiro a pesquisa institucional, que realizou um balanço da década de 1999/2009.

quando comparado com os dados da pesquisa institucional de 1999 (KRAMER ET AL, 2001), de municípios com plano de carreira se deve à Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que além de instituir o piso salarial nacional para professores da educação básica pública, deu um prazo – até o fim de 2009 - para estados e municípios elaborarem seus planos de carreira docente (NUNES, CORSINO E KRAMER, 2011b).

Em 2009, dos quarenta e três municípios (72,9%) que responderam ter plano de carreira, dezenove (32,2%) anexaram uma cópia ao questionário da pesquisa institucional. Desses dezenove, dezessete municípios enviaram uma cópia do seu plano de carreira do magistério ao questionário, a saber: Araruama, Areal, Arraial do Cabo, Bom Jesus de Itabapoana, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Cordeiro, Iguaba Grande, Mangaratiba, Maricá, Paraíba do Sul, Pinheiral, Porciúncula, Quatis, Quissamã, Resende, Rio das Ostras, Santa Maria Madalena. E dois municípios anexaram o plano de carreira para os servidores municipais: Angra dos Reis e Itaguaí.

Ao analisar os planos de carreira do magistério enviados em anexo aos questionários, constata-se que não há referência ao auxiliar nesses documentos, portanto, não sendo considerados professores da Educação Infantil ou funcionários do quadro do magistério. Ao encontro dessa ausência nesses planos de carreiras faz-se necessário destacar a pesquisa de Bassi (2011), em seis capitais brasileiras sobre a qualidade na Educação Infantil, na qual revela que grande parte dos trabalhadores da educação não tem garantias de permanecer atuando no ensino municipal e muito menos dispõe de planos de carreira que lhe assegurem remuneração adequada e estabilidade de trabalho.

Quanto aos dois planos de carreiras dos servidores municipais anexados aos questionários encontramos menção ao Auxiliar de Educação Infantil. Em Itaguaí, os auxiliares eram, em 2009, do quadro dos funcionários administrativos e de apoio à educação, cultura, esporte e lazer (Lei n. 2.357/2003). Já em Angra dos Reis, na lei n. 1683/2006, há menção ao Auxiliar de Berçário para atuar no auxílio e acompanhamento das atividades desenvolvidas junto ao berçário.

Em suma, para os municípios investigados e seus planos de carreira, auxiliar não é professor. Entretanto, veremos a seguir que mesmo não sendo considerados

professores, os auxiliares possuem também funções docentes nas creches e pré-escolas municipais.

4.3.2. Formação inicial, em serviço e continuada

A LDB de 1996 determina que a formação mínima para o professor de Educação Infantil seja a de nível médio, na modalidade normal, embora a mais desejável seja a de formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação. Contudo, os auxiliares vivem na contradição no que diz respeito à formação inicial. Por não serem considerados profissionais do magistério, de acordo com os planos de carreiras analisados, há uma variedade de exigência de escolaridade para o cargo, como evidencia o quadro abaixo.

Quadro 6. Número de municípios por escolaridade exigida para o cargo de Auxiliar de Educação Infantil - 2009

Escolaridade exigida	Municípios (n°)
Ensino Fundamental	14
Ensino Médio	13
Ensino Médio – modalidade de formação de professores	09
Ensino Superior	0
Não responderam	13
Total	49⁵

Fonte: microdados da pesquisa Educação Infantil e formação de profissionais no Estado do Rio de Janeiro, 2009.

De acordo o quadro, há quatorze municípios que exigem a mínima escolaridade do Ensino Fundamental para o exercício do auxiliar, treze o Ensino Médio, nove o Ensino Médio modalidade formação de professores, nenhum município exige o Ensino Superior, e treze não responderam.

Contudo, cabe lembrar que o auxiliar trabalha em diferentes municípios ora como o profissional que atua diretamente com as crianças sem exercer a função docente (existindo na turma um professor responsável), ora como o que assume a função docente (sem a presença de um professor na turma). Dessa forma, esse número significativo de secretarias que exige somente a escolaridade de Ensino

⁵ Número de municípios que responderam ter o cargo de Auxiliar de Educação Infantil.

Fundamental e Ensino Médio para o exercício do auxiliar comprova que esse profissional não poderia estar exercendo atividades diretas com as crianças.

No entanto, vale destacar que além de uma formação oficial, a habilitação para o magistério deve ser entendida como qualificação para aqueles que desejam atuar no cuidado e na educação de crianças. Segundo Nunes, Corsino e Kramer (2011a), trabalhar em creches e pré-escolas exige dos professores conhecimento do desenvolvimento infantil, de questões curriculares e pedagógicas, da função cultural e social da creche e da escola relevantes para a elaboração de propostas pedagógicas, da organização do tempo e espaço, do planejamento e registro de atividades, do acompanhamento de cada criança, dos projetos realizados e da relação com as famílias e comunidade.

No que se refere à formação em serviço, vinte e nove municípios informam (50,9%), nos questionários, em 2009, implementar projeto específico de formação em serviço para os auxiliares:

Tabela 5: Municípios participantes da pesquisa, segundo a condição da Secretaria de Educação implementar algum projeto de formação em serviço que envolva Auxiliar de Educação Infantil – 1999/2009

	Municípios (%)	
	1999	2009
Não	70,2	49,1
Sim	29,8	50,9
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: Concepções e Ações, PUC-Rio, 1999/2009.

Comparando os resultados de 1999 e 2009, podemos perceber o aumento do número de municípios que informaram desenvolver projetos específicos para o auxiliar. Contudo, segundo Nunes, Corsino e Kramer (2011b) o aumento pode significar maior investimento em quem lida diretamente com as crianças, professor ou não, ou pode significar maior contratação de auxiliares.

Quanto às parcerias dos municípios que desenvolvem projetos específicos para os profissionais de Educação Infantil em 2009, temos os seguintes dados:

Tabela 6: Municípios participantes da pesquisa, segundo as instituições parceiras na formação em serviço dos profissionais da Educação Infantil – 2009

Instituições Participantes	Municípios
	%

Universidade	75,0
Instituição Federal – MEC	20,8
Instituição Federal – outras	8,3
Instituição estadual	8,3
Instituição privada	25,0
Secretarias municipais	29,2
ONG	25,0
Outras	16,7
Total	100

Fonte: Pesquisa Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: Concepções e Ações, PUC-Rio, 2009

Dezoito municípios (75%) citaram parcerias com universidades, sendo a maioria delas com as universidades federais. As secretarias municipais apareceram como parceiras em sete respostas (29,2%), seguido pela Instituição Federal - MEC citado por cinco municípios (20,8%).

O elevado número de parceria das universidades federais em 2009 pode, provavelmente, ser devido à implementação do PROINFANTIL no Estado em julho de 2009. Essa parceria entre as universidades federais, os municípios, e o PROINFANTIL aparece também nas entrevistas:

“(...) O Proinfantil, ele funciona e atende os profissionais que trabalham nas creches, tanto as comunitárias, porque as comunitárias participam também, e as nossas creches regulares. E aí tem, participando, as estimuladoras, que são a grande demanda que participa. Mas tem também o pessoal do serviço administrativo, têm merendeiras participando. Nós estamos atendendo a sessenta e quatro cursistas inscritas no programa” (Professora I de escola municipal, município 40. Entrevista).

“A Secretaria, hoje, também está com um programa do Governo Federal, a questão do Proinfantil, que está atendendo as Auxiliares que até então não tinham formação, o que a gente sabe que por lei terá que ter” (Coordenadora de Educação Infantil, município 58. Entrevista).

O Programa de Formação Inicial para Professores em exercício na Educação Infantil – PROINFANTIL - é proposto pelo MEC, como programa emergencial e tem como objetivo corrigir a falta de formação do docente da Educação Infantil, levando em conta as metas do PNE, como também a determinação da LDB de que os municípios e, supletivamente, os estados e a União realizem programas de formação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto os recursos da educação a distância (Art. 87, §3º, III) e considerando ainda a Resolução 01/03 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que determina que os sistemas de ensino

ofereçam a formação em nível médio na modalidade Normal até que todos os docentes da educação Infantil possuam, no mínimo, essa habilitação.

Segundo Castro (2012), a presença do auxiliar nesse programa foi um dos desafios da implementação do PROINFANTIL no Estado:

“Outro problema que ocorreu (...) foi a matrícula de cursistas que não tinham o perfil exigido pelo programa – professores em exercício na Educação Infantil. Por várias razões, acabaram sendo aceitos como cursistas profissionais que não trabalham diretamente com as crianças, são merendeiras, serventes, auxiliares de serviços gerais, porteiros, entre outros” (p.44).

A adesão ao PROINFANTIL pode indicar uma valorização da profissionalização docente e o fortalecimento da Educação Infantil. Contudo, algumas prefeituras aderem ao programa e continuam a contratar auxiliar sem formação mínima exigida por lei, como por exemplo, a prefeitura do Rio de Janeiro. O município realizou dois⁶ concursos públicos para cargo de Agente Auxiliar de Creche, que exige o Ensino Fundamental como escolaridade para o ingresso. Segundo Castro (2012), “o PROINFANTIL é um programa emergencial que foi criado para corrigir distorções históricas e não para formar recém concursados” (p.116). A contratação de profissionais sem habilitação pode ser visto como uma estratégia do município para expandir a oferta de vaga nas creches a baixo custo.

Constata-se também ao analisar as parcerias junto aos municípios do Estado do Rio de Janeiro, que a Secretaria de Educação do Estado tem exercido pouco reflexo no delineamento de políticas de formação dos profissionais da Educação Infantil. Segundo a tabela 5, dois municípios (8,3%) responderam ter as instituições estaduais como parceiras. Na pouca expressiva ação estadual, percebe-se a significativa presença de Organizações Não Governamentais e instituições privadas, ambas em seis respostas dos municípios (25%), também como parceiras na formação dos profissionais de Educação Infantil.

Kramer (1989), ao se referir à política de formação em serviço, reforça a necessidade dessa modalidade da formação conter, em suas propostas, garantias e condições para que a teoria e a prática fortaleçam a prática pedagógica, e que a teoria não “seja vista como soberana sobre a experiência, da mesma forma que a

⁶ O terceiro seria realizado, mas em atendimento às considerações da Promotoria de Justiça foi suspensa a realização do concurso público em 2012, destinado ao cargo de Agente Auxiliar de Creche.

experiência não substitua a análise crítica, sendo, na verdade, mediada por ela” (p.197).

4.3.3. As atribuições

Diante da necessidade de conhecer as atribuições do profissional investigado, foi realizado, para este estudo, um levantamento de editais de concurso público para o cargo de auxiliar, entre os anos de 2008 a 2012. Foram encontrados na Internet⁷ quinze editais de concurso. Os editais são dos seguintes municípios: Angra dos Reis, Aperibé, Armação dos Búzios, Engenheiro Paulo de Frontin, Italva, Mesquita, Miguel Pereira, Nova Friburgo, Paraíba do Sul, Rio de Janeiro, São João da Barra, São João de Meriti, Tanguá, Teresópolis, Volta Redonda.

Do total analisado, aparece no interior de sete editais atribuições para o cargo de Auxiliar, sendo que oito editais não especificam as funções a serem exercidas pelo cargo.

As atribuições específicas que apareceram nesses sete editais podem ser constatadas no quadro abaixo:

Quadro 7. Número de editais por atribuições do auxiliar

Atribuições específicas	Quantidade de editais (nº)
Participar em conjunto com o educador do planejamento.	1
Participar de grupos de estudo e reuniões de equipe eventualmente ou periodicamente convocadas pela direção.	5
Participar da execução das rotinas diárias, de acordo com a orientação técnica do educador.	4
Zelar pela higiene e asseio das crianças (trocar fralda, dar banho).	6
Responsabilizar-se pela alimentação direta das crianças	6
Controlar as condições de higiene ambiental.	1
Auxiliar na hora do repouso	2
Responsabilizar-se pelas crianças que aguardam os pais, após o horário regular de saída.	1
Executar atividades diárias de recreação com crianças e trabalhos educacionais de artes diversas.	4
Acompanhar crianças em passeios, visitas e festividades sociais.	3
Selecionar ou adaptar, métodos, técnicas e materiais pedagógicos de estimulação, assim como zelar pela conservação dos mesmos;	3
Ministrar medicamentos conforme prescrição médica	3

Fonte: Dados da dissertação.

⁷ Os editais foram encontrados em um site que divulga concursos públicos. O endereço eletrônico é www.pciconcursos.com.br

Considerando de uma maneira geral as atribuições, percebe-se que a dimensão do cuidado está voltada para a responsabilidade do auxiliar, levando-se a pensar que o professor ficaria responsável pelas atividades pedagógicas.

O cuidado sempre foi confiado às pessoas com menor grau de escolaridade. Segundo Kramer et al (2002), essa desvalorização do cuidado é construída historicamente na sociedade brasileira que possui marcas de servidão e escravidão,

“(...) o cuidado quase sempre foi delegado – e relegado- àquelas pessoas com menor grau de instrução. Ou seja: cuida quem não aprendeu a fazer outra coisa ou não teve escolha.” (pp. 56-57)

De acordo com vários pesquisadores, na educação, e principalmente nas práticas pedagógicas de Educação Infantil, o educar e cuidar devem fazer parte de um processo único, em que as duas ações estão profundamente imbricadas, rompendo com o pensamento de que o cuidar está vinculado à assistência ao corpo e a educação à mente (TIRIBA, 2005). Atualmente, pesquisas vêm discutindo que o cuidar na educação não se limita aos hábitos de higiene e saúde. Guimarães (2011), por exemplo, destaca que se cuida de crianças, de jovens e de adultos e que não é possível educar sem cuidar.

Além das atribuições apresentadas pelo quadro 6, há atividades, que constam nos editais, que não são tão claras, como pode ser observado a seguir.

“Realizar atividades de execução, relacionadas a trabalhos de atendimento e cuidados com crianças dos 4 (quatro) meses aos 4 (quatro) anos de idade” (Município Miguel Pereira. Edital).

“Exercer atividades inerentes à função de auxiliar as atividades pedagógicas e cuidar de alunos na faixa de quatro meses a cinco anos” (Município Mesquita. Edital).

“Realiza outras atribuições conforme a necessidade da Prefeitura” (Município Resende. Edital).

“Executar tarefas afins; outras atribuições contidas em manuais de trabalho fixadas por Decreto” (Município São João da Barra. Edital).

“Desenvolver todas as suas atividades funcionais, principalmente aquelas relacionadas aos aspectos físico, emocional e afetivo nas relações interpessoais” Município Teresópolis. Edital).

“Exercer outras atribuições da mesma natureza e mesmo grau de complexidade de conformidade com determinação superior” (Município Volta Redonda. Edital).

Esses trechos dos editais marcam indefinições da tarefa a ser exercida pelo cargo a que o concurso se destina, podendo dar margem às interpretações sobre tarefa do auxiliar por parte do leitor do edital, do candidato, da direção escolar e da própria administração pública.

Nas entrevistas também encontramos comentários sobre as atribuições do auxiliar. Nos relatos dos entrevistados sobre as atribuições, foi possível também conhecer variadas funções do auxiliar nas diversas realidades dos municípios estudados. Segundo o relato de uma entrevistada, a função do auxiliar, no município dela, seria de “suporte ao professor”:

“Porque o que acontece: estão entrando também os Auxiliares, que têm carga horária de seis horas diárias. Tem um grupo que vai pegar das 7h às 13h e outro que vai pegar de meio dia às 18h. Então eles [os Auxiliares] se encontram nesse horário de almoço, que é o mais difícil, de banho, de dormir, para dar um suporte ao professor. Todas as turmas terão Auxiliar, isso eu também acho que mudou também. Não tínhamos isso. Está chamando outra turma aí, está em vigor outro concurso de Auxiliar recente, novíssimo” (Supervisora de ensino da rede municipal, município 39. Entrevista).

Como podemos perceber, esse “suporte” ficaria responsável pelo horário de almoço, do banho e da soneca das crianças. São todas atividades ligadas ao cuidado do corpo, confirmando a divisão entre o cuidar e o educar, presentes nas análises dos editais dos concursos.

Em outro depoimento, a divisão entre o educar e o cuidar na função do auxiliar não parece claramente, mas ainda é possível percebê-la no discurso:

“O agente, ele auxilia, mas quem pega pesado mesmo no banho é o servente, é o inspetor de disciplina. O agente, ele auxilia. Nesse momento ele está sempre, por ter a parte pedagógica, ele está sempre (...). Ele está dando jantinha, ou ele está dando lanchinho, ele está sempre fazendo uma coisa diferente” (Coordenadora de Educação Infantil/ SEMEC, município 44. Entrevista).

De maneira semelhante a ideia do “suporte ao professor”, o auxiliar, nesse depoimento, “auxilia”. Entretanto a entrevistada não especifica a quem ele auxilia, podendo ser a criança, ao professor, ao servente, ao inspetor de disciplina ou a outra pessoa.

Contrariamente aos demais relatos analisados até aqui, um depoimento afirma que não há divisão entre as tarefas do auxiliar e do professor:

“Aqui todas as turmas de pré-escola funcionam com dois professores em sala de aula, não é ajudante, nós não temos ajudantes. São dois professores, eles têm que revezar, eles fazem tudo juntos, eles planejam tudo juntos, não tem essa coisa de eu sou ajudante e você é o professor, são dois professores e eles têm que aprender a trabalhar juntos, produzir juntos, a construir juntos. Então a gente trabalha com dois professores” (Diretora do departamento geral de ensino, município 27. Entrevista).

Nesse discurso, o auxiliar não é ajudante, mas sim um professor. No município da entrevistada, o cargo de auxiliar exige escolaridade de Ensino Médio com formação de professores, no entanto o salário, informado no questionário, é de R\$ 588,12 e a carga horária semanal de 40 horas. De acordo com o informante do questionário, eles são considerados “funcionários administrativos e de apoio à educação, cultura, esporte e lazer”. Diante dessas informações, questões surgem: estaria o município contratando professores como auxiliar para expandir a oferta de vaga nas creches e pré-escolas a baixo custo?

Nas entrevistas, há também depoimentos que afirmam o desconhecimento do serviço que seria realizado por parte do auxiliar:

“Porque quando teve a contratação, muitos estimuladores não sabiam o que iam fazer, então muitos deles queriam trocar de qualquer jeito. Esse profissional não está preparado para isso. Ele não sabe o quê que é. Eles não conhecem a realidade da creche e vão pensando que é uma coisa e quando chegam lá é outra. Então, esse profissional ele tem que ser bem preparado” (Professora II de escola municipal. Município 40. Entrevista)

O desconhecimento da função, no caso do município 40, vai ao encontro com a ausência das atribuições no edital analisado anteriormente. Faz-se necessário lembrar que oito dos quinze editais dos concursos não tinham no seu interior as funções para o cargo de auxiliar. Diante disso, novamente indago: o desconhecimento das tarefas por parte do auxiliar também pode estar associado aos poucos critérios específicos exigidos para a função? Ou à falta de formação especializada? Estaria associada à própria indefinição do cargo?

Como vimos, as atribuições do cargo variam de acordo com o município e as indefinições sobre o cargo continuam no que se referem à carga horária, ao salário e ao vínculo.

4.3.4. Carga horária, salário e vínculo

Além do nome, da divisão de tarefas e da formação, a dinâmica da situação de ser auxiliar deve considerar a existência de uma hierarquia oficial entre esse trabalhador e o professor que trabalha junto ao mesmo grupo de crianças. Essas hierarquias têm sido destacadas em pesquisas (ROSEMBERG, 1994; CERISARA, 1999; ALVES E PINTO, 2011; KAGAN, 2011 e BASSI, 2011) através de indicativos concretos, tais como carga horária semanal de trabalho, salário e vínculo.

No que diz respeito à carga horária semanal de trabalho dos profissionais da Educação Infantil, tal como evidencia a tabela abaixo, podem ser constatadas as seguintes diferenças entre o auxiliar e professor:

Tabela 7: Distribuição dos municípios participantes da pesquisa, por tipo de atividade de professores e auxiliares que atuam na Educação Infantil, segundo a modalidade de ensino e carga horária semanal de trabalho – 2009

Modalidade de Ensino e classes de carga horária semanal	Municípios (%)			
	Professores/ carga horária		Auxiliares/ carga horária	
	Em atividades diretas com a criança	Em atividades de planejamento (Reunião, Centro de Estudos etc)	Em atividades diretas com a criança	Em atividades de planejamento (Reunião, Centro de Estudos etc)
Creche				
Até 10 horas	31,6	82,5	28,1	43,9
11 a 20	45,6	0,0	8,8	1,8
21 a 30	12,3	0,0	15,8	0,0
30 a 40	1,8	0,0	19,3	1,8
Sem resposta	8,8	17,5	28,1	52,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Pré-Escola				
Até 10 horas	33,3	89,5	29,8	42,1
11 a 20	50,9	0,0	7,0	0,0
21 a 30	12,3	0,0	10,5	0,0
30 a 40	1,8	0,0	14,0	1,8
Sem resposta	1,8	10,5	38,6	56,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: Concepções e Ações, PUC-Rio, 2009.

Conforme a tabela evidencia, temos, entre os professores, a maioria dos municípios com o regime de trabalho de 11 a 20 horas semanais em atividades diretas com crianças e 10 horas semanais em atividade de elaborar planejamento das

atividades. Enquanto entre os auxiliares, a maioria dos municípios informou que o profissional permanece de 30 a 40 horas semanais em atividades diretas com crianças e até 10 horas semanais em tarefas de planejamento.

Na pré-escola, os dados são parecidos: entre os professores, a maioria atua em atividades diretas com as crianças de 11 a 20 horas semanais e em até 10 horas semanais em atividades de planejamento. Entre os auxiliares, a maior parte dos municípios investigados afirmaram que trabalha até 10 horas com crianças e até 10 horas semanais destinadas as tarefas de planejamento.

Ainda sobre a tabela 6, em comparação com os dados dos professores, é importante destacar os altos índices para informação “sem resposta” do auxiliar. Com relação ao auxiliar da creche, dezessete municípios (28,1%) não responderam sobre as horas que passam com as crianças e trinta e um municípios (52,6%) não sabem responder no que se refere às horas destinadas a planejamento. Já quanto ao auxiliar da pré-escola, vinte e três secretarias investigadas (38,6%) afirmaram que não sabem informar sobre as horas que o auxiliar atua em atividades com crianças, e trinta e três (56,1%) não responderam quanto às horas destinadas ao auxiliar para tarefas de planejamento. Tais informações podem revelar um desconhecimento das atividades do auxiliar por parte das secretarias ou, no caso das atividades de planejamento pode ser que o profissional não atue nessas tarefas.

Nas entrevistas também encontramos um relato sobre a carga horária de trabalho do auxiliar:

“A creche tem um diretor, um orientador pedagógico. Nós trabalhamos com dois professores, um no turno da manhã e outro que trabalha no turno da tarde e mais as Auxiliares que fazem 8 horas que é um intercâmbio, que é assim o elo de um professor com o outro”(Coordenadora de Educação/ SMEC, município 38. Entrevista).

Nesse depoimento, a jornada de trabalho de oito horas diária do auxiliar aparece como o “elo” entre os professores, que trabalham em dois turnos.

Os dados relativos à carga horária, no entanto, podem ser melhores analisados se comparados com o salário recebido pelos profissionais. Na tabela a seguir estão as faixas de piso salarial do auxiliar, segundo os municípios.

Tabela 8: Municípios participantes da pesquisa segundo o piso salarial de Auxiliares da Educação Infantil (em Salários Mínimos)- 2009

Faixa de Piso Salarial (em S.M.)	Municípios (%)
Até 1/2 (até R\$ 232,50)	2,5
Mais de 1/2 a 1 (R\$ 232,60 até R\$ 465,00)	40,0
Mais de 1 a 2 (R\$ 466,00 até 930,00)	55,0
Mais de 2 (R\$ 931,00 ou mais)	2,5
Não informado	0,0
Total	100,0

Fonte: Pesquisa Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: Concepções e Ações, PUC-Rio, 2009.

Esta tabela mostra que a maioria dos auxiliares ganhava, em 2009, entre R\$ 466,00 até R\$ 930,00, seguida da faixa de mais de R\$ 232,60 até R\$ 465,00. O salário mínimo nacional, em 2009, era de R\$ 465,00, segundo a lei 11.944/2009. Consta-se, portanto, que o auxiliar tinha o salário menor ou igual ao salário mínimo nacional.

Quando comparamos o piso salarial dos auxiliares com o dos professores da Educação Infantil dos municípios investigados percebemos a diferença entre os salários:

Tabela 9: Municípios participantes da pesquisa segundo o piso salarial dos professores e dos auxiliares da Educação Infantil (em Salários Mínimos)- 2009

Faixa de Piso Salarial (em S.M.)	Municípios (%)	
	Auxiliar	Professor
Até 1 (até R\$ 465,00)	42,5	3,4
Mais de 1 a 2 (R\$ 466,00 até 930,00)	55,0	66,1
Mais de 2 a 3 (R\$ 931,00 até 1395,00)	2,5	16,9
Mais de 3 a 4 (R\$ 1396,00 até 1860,00)	0,0	0,0
Mais de 4 (R\$ 1861,00 ou mais)	0,0	0,0
Não informado	0,0	13,6
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: Concepções e Ações, PUC-Rio, 2009.

A tabela mostra que a maioria dos municípios investigados paga mais de um a dois salários mínimos (R\$ 466,00 até R\$ 930,00) para o professor e o auxiliar, entretanto quando recordamos os dados das horas trabalhadas compreendemos que o auxiliar recebe salário precário para 30 a 40 horas semanais em atividades diretas

com crianças, enquanto o professor trabalha de 10 a 20 horas semanais em atividades diretas com as crianças.

O depoimento de uma entrevistada mostra que o salário e carga horária diferentes entre o auxiliar e o professor inicia muitos conflitos existentes entre os dois profissionais:

“O professor regente, ele é concursado, ele vai para o CEI e trabalha quatro horas. Tem um salário x. O agente de apoio trabalha oito horas e tem um salário y, bem reduzido. Então, começa aquela situação” (Professora I da Equipe Pedagógica na Secretaria de Educação, município 34. Entrevista)

Diante de uma visão integrada da Educação Infantil é inaceitável que os profissionais que trabalham diretamente com as crianças de zero a seis anos não tenham formação e recebam salário tão baixo. A situação desvalorizada do auxiliar, além de ficar concretizada através do salário, carga horária, nível de formação e atribuições, também aparece nos vínculos de trabalho. Os profissionais da Educação Infantil, segundo os municípios investigados, estão distribuídos conforme a tabela abaixo:

Tabela 10: Distribuição dos profissionais da Educação Infantil atuando nos municípios participantes da pesquisa, segundo a modalidade de ensino e tipo de profissional – 2009

Modalidade de Ensino e tipo de profissional	Profissionais (%)				
	Total	Tipo de vínculo empregatício			
		Estatutário	Celetista	Contrato temporário	Outros
CRECHE					
Professores	100,0	47,1	14,4	37,2	1,3
Auxiliares	100,0	69,5	13,9	16,6	0,0
Total	100,0	57,6	14,2	27,5	0,7
PRÉ-ESCOLA					
Professores	100,0	60,0	10,5	26,1	3,5
Auxiliares	100,0	51,1	21,4	27,5	0,0
Total	100,0	59,1	11,6	26,2	3,1

Fonte: Pesquisa Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: Concepções e Ações, PUC-Rio, 2009.

Na tabela, pode-se constatar que nos municípios investigados, a maioria dos auxiliares, tanto da creche quanto da pré-escola, são estatutários. Assim, esses trabalhadores, apesar de receberem baixos salários e trabalharem, geralmente, de 30 a 40 horas semanais, acabam gozando de uma condição de estabilidade no emprego, uma vez que a maioria pertence ao quadro permanente dos servidores públicos da prefeitura.

Esse resultado vai ao encontro da conclusão do estudo de Castro (2012) sobre os Agentes Auxiliares de Creche e a participação deles no PROINFANTIL. Segundo a autora, no caso do Agente Auxiliar de Creche, a opção pelo concurso na creche é conseqüência da falta de oportunidades profissionais mais interessantes, bem como o desemprego.

Além dos concursos, na tabela há também o significativo número de contratos temporários para o auxiliar. A análise das respostas aponta que oito municípios (16,6%) informaram ter auxiliar contratado nas creches e treze (27,5%) nas pré-escolas. Os depoimentos de duas entrevistadas reiteram essa situação:

“Tem concursados e tem muito contrato temporário”. (Gestora das Creches Municipais/ SME, município 46. Entrevista).

“Pesquisadora — E elas [as auxiliares] ingressam também por concurso? Implementadora de Educação Infantil/ SME — Algumas sim, outras por contrato.” (município 47. Entrevista)

Com relação aos contratos, podemos compreender que ao mesmo tempo em que os auxiliares estão na prefeitura, ficam também em situação de vulnerabilidade, devido a contratos temporários.

A presença de profissionais de duas categorias distintas nas creches e pré-escolas, exercendo funções de auxiliar e professor, instiga a necessidade de uma investigação mais profunda a respeito desses profissionais nessas atividades e das relações que se estabelecem entre eles.